

BONAN, Giacomo (2019). *The State in the Forest: Contested Commons in the Nineteenth Century Venetian Alps*. Winwick: The White Horse Press, 229 pp., ISBN: 978-1-912186-08-2.

Como o autor refere na introdução, os bens comuns alcançaram grande destaque nos últimos anos. A historiografia tem abordado a problemática da exploração dos terrenos comuns e a questão dos direitos de usufruto. O progressivo interesse advém maioritariamente da preocupação pelas questões ambientais, com o debate no meio académico e na esfera pública. Sendo um campo onde os problemas ambientais, sociais e políticos se cruzam, o livro de Giacomo Bonan assume particular importância, pois analisa em perspetiva histórica os conflitos na gestão do território e o papel dos atores locais.

Face ao individualismo agrário que marcou o século XIX na generalidade da Europa, este estudo aborda a relação entre modernização administrativa e critérios de utilização dos recursos naturais. Examinar os efeitos de mudanças institucionais, como as ocorridas com o liberalismo, particularmente o alcance das dinâmicas ligadas à centralização do Estado, permite compreender como e em que medida é que estas políticas influenciaram sistemas ou práticas de utilização comum das florestas.

Do ponto de vista geográfico, a investigação circunscreve-se à análise de alguns vales dos Alpes venezianos / orientais em Cadore, nas zonas mais altas do rio Piave, na fronteira entre a atual Itália, Áustria e Alemanha. Conhecida pela riqueza natural e a silvicultura, esta região era também uma das principais rotas de ligação e comércio entre a Europa Central e o Mediterrâneo. Para além das políticas florestais a nível macro, o estudo de caso permite analisar a sua receção e aplicação à escala micro.

A cronologia abrange as seis primeiras décadas do século XIX, na passagem do Antigo Regime para o liberalismo, desde a introdução do modelo administrativo napoleónico no início do século, até ao período imediatamente a seguir à anexação deste território pelo Reino de Itália. Cadore atravessa, assim, três regimes administrativos: o desaparecimento da República de Veneza, com a conquista napoleónica de 1797 e o domínio francês; a anexação pela Áustria, com a “Restauração” depois do Congresso de Viena (1815); e a atribuição destes territórios à Itália na unificação do país em 1866.

Com a centralização do poder estatal no século XIX, o estudo das florestas parte da importância para todos os envolvidos na sua gestão. Essencial enquanto matéria-prima na construção de navios para o comércio de longa distância, a madeira fornecia ainda materiais e era uma fonte de energia para a população local.

No plano teórico e metodológico, articula-se a história político-institucional com a história ambiental. A perspectiva do livro inscreve-se nessa interseção, combinando a análise das mudanças políticas e legislativas que afetaram a região com a leitura dos conflitos na aplicação de novas regras.

Cada capítulo corresponde a um tema-chave. Sem descurar a ordem cronológica dos acontecimentos, esta estrutura visa introduzir aspetos complementares numa leitura da complexa trama de relações entre a mudança institucional, a utilização dos recursos naturais e os conflitos. Na linha da micro-história, a grande mais-valia resulta da introdução de dados sobre vários agentes locais.

No capítulo 1, focado nos finais do Antigo Regime, traça-se a evolução da estrutura governativa em Cadore com a República de Veneza. Descrevem-se as instituições locais responsáveis por abundantes áreas de floresta desde o início do período moderno, segundo um modelo de gestão dos recursos baseado em assembleias locais (*regole*). Confronta-se ainda a legislação do poder em Veneza, onde comerciantes buscavam madeira para a construção e manutenção naval. As tensões entre diferentes interesses locais e a elite comercial originaram duas tipologias de bens comuns – *beni comunali* e *beni comuni* –, segundo mais ou menos direitos de cada parte.

Contextualizando o início do século XIX, caracteriza-se a rutura institucional e a reforma administrativa com a ocupação francesa deste território no nordeste de Itália. Refletem-se os pressupostos ideológicos da legislação florestal e a falência das estruturas tradicionais na exploração dos bens comuns. Segundo o Código Napoleónico, os municípios eram as únicas entidades jurídicas a nível local, sendo que as comunidades não eram reconhecidas. Apesar de a preocupação com o desaparecimento das florestas e o aumento do preço da madeira remontarem ao início do período moderno, o modelo científico da lei florestal de 1811 desencadeou vários conflitos nas décadas posteriores.

Das mudanças previamente apresentadas, o capítulo 2 empreende uma visão global das variáveis socioeconómicas e dos efeitos provocados em Cadore, entre aproximadamente 1810 e 1870. À semelhança de outras comunidades de montanha na Europa, a terra pouco arável, as elevadas taxas de crescimento populacional e a complexidade da economia são traços característicos. Com a “grande transformação” no século XIX, instituições, população e recursos naturais representam assim aspetos interligados numa leitura à escala local. A exploração de florestas, pastagens ou água, as redes de imigração temporária e o tráfego comercial com transumância de gado concediam ainda o acesso a outros recursos que não podiam ser obtidos localmente. No quadro económico das exportações, a indústria madeireira era a principal atividade nesta região periférica, fornecendo materiais indispensáveis ao transporte fluvial de produtos

para os principais centros de consumo em Veneza.

O capítulo 3 ocupa-se da aplicação de medidas com a nova lei florestal. Explicam-se as resistências, os conflitos e as negociações com ideias divergentes sobre a exploração dos recursos. Fica-se a saber que apesar da sua importância económica, este novo modelo de agricultura procurou limitar o uso de gado caprino, considerando-o prejudicial à silvicultura. Esclarece-se, por fim, que os novos métodos de contabilidade permitiam ocultar capitais na administração local da floresta.

Os capítulos 4 e 5 abordam o conflito face à tentativa de privatização dos bens comuns pelas autoridades austríacas, a quem cabia a jurisdição do território com a derrota napoleónica. Como noutras partes da Europa, esta legislação foi difícil de consolidar, datando de 1839 aquela de maior ambivalência e impacto local. Por um lado, ao conceder plena propriedade à administração municipal, esta lei acabou com a distinção tradicional entre *beni comunali* e *beni comuni*. Por outro, os municípios endividados viram-se obrigados à venda dos bens comuns, sendo a sua privatização possível por mútuo acordo com os compradores.

O capítulo 5 aborda ainda a relação da população rural com o movimento do “*Risorgimento*” e a importância das revoluções de 1848. Analisa-se igualmente a criminalização de práticas consuetudinárias e o tratamento de infrações sobre áreas de floresta. Já no contexto da anexação deste território pelo Reino de Itália e da transição industrial no continente europeu, opera-se uma leitura dos conflitos em torno da gestão dos recursos florestais.

Em síntese, o livro de Giacomo Bonan apresenta uma leitura histórica das mudanças estruturais no século XIX, permitindo compreender os impactos da relação entre sociedade e ambiente. Considerando o último terço do século XIX como desfecho dos acontecimentos analisados, reconhece-se simultaneamente a criação de novas dinâmicas na reconfiguração das relações entre instituições, população e recursos naturais. Impunha-se, contudo, um maior suporte teórico na bibliografia sobre os bens comuns e a comparação com casos semelhantes na Europa meridional. Com efeito, muitos dos aspetos descritos sobre a utilização comum das florestas assemelham-se a dinâmicas históricas já aí observadas, particularmente no contexto periférico das comunidades de montanha no Norte de Portugal ou em certas regiões de Espanha.

PEDRO MOTA TAVARES

Universidade NOVA de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, IHC

pfmtavares@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-0549-1323>

